

Administração Local arranca com forte adesão

08-Nov-2013

GREVE NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CONFIANÇA E DETERMINAÇÃO A Greve Nacional da Administração Pública regista nas primeiras horas da noite uma elevada adesão na Administração Local, em particular na recolha de lixo e limpeza de ruas, que colhem em regra adesões de 100 por cento ou muito próximas. A determinação dos trabalhadores é forte e a greve já um êxito.

Do primeiro balanço realizado pelo STAL até às 23.00 horas destaca-se uma adesão de 100 por cento ou muito próximo nos serviços de recolha de lixo nos concelhos de Alandroal, Almada, Amadora, Barcelos, Braga, Évora, Funchal, Guimarães, Loures, Moita, Palmela, Seixal, Setúbal, Viana do Castelo.

Em Lisboa (garagem dos Olivais), os serviços de recolha registam 65% de adesão.

No concelho de Vila Nova de Famalicão, a recolha de resíduos tem uma adesão de 73% e a varredura, 100%.

Os Bombeiros Municipais de Viana do Castelo registam 100%, garantindo apenas os serviços mínimos.

Confirma-se a forte oposição dos trabalhadores a estas políticas. Em centenas de plenários realizados nos locais de trabalho para a preparação desta greve foi claramente visível um forte sentimento de revolta dos trabalhadores contra a política de austeridade levada a cabo pelo governo, revolta que se materializa numa elevada disponibilidade para a luta e particularmente para a adesão à Greve, pelo que o STAL afirma com grande margem de confiança que as expectativas de adesão global no sector são bastantes elevadas.

Os sectores da recolha de lixo e limpeza são desde já os que sentem os impactos de uma forte adesão à greve, que se deverá repetir pela noite dentro e alargar-se à generalidade dos serviços municipais, fazendo-se sentir em todo o País em serviços como os transportes municipais, água e saneamento, atendimento de público, jardins, cemitérios, oficinas e arruamentos, transportes escolares, escolas e jardins de infância, polícia municipal, bombeiros e muitos outros.

Dezenas de câmaras, juntas de freguesia e serviços municipalizados deverão encerrar as suas portas, mas a greve far-se-á sentir também fortemente no universo empresarial autárquico, designadamente em empresas municipais, multimunicipais e intermunicipais, bem como concessionárias de serviços públicos locais, e nas associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Confirma-se uma inequívoca oposição dos trabalhadores à política deste governo e a um Orçamento que, na linha dos anteriores, aprofunda a intolerável supressão de direitos e o empobrecimento do Povo Português enquanto deixa intocáveis os interesses do grande capital.

Um Orçamento em que os alvos a abater são os trabalhadores, reformados e pensionistas:

- 90% dos trabalhadores do Estado (funcionários públicos e trabalhadores das empresas públicas) cerca de 685 mil trabalhadores, vão sofrer um corte nos seus salários que variará entre os 2,5% para os trabalhadores com salários de 600 euros e os 12% para os trabalhadores com salários superiores a 2000 euros;

- Cortes que penalizam particularmente os trabalhadores com salários entre 600 e 1500 euros mensais, cerca de 40% do total dos trabalhadores do Estado (305 mil trabalhadores), trabalhadores que mantiveram os seus salários

congelados em 2011, enquanto os salários superiores a 1500 euros sofreram cortes;

- 302 mil aposentados, cerca de 50% dos actuais cerca de 610 mil aposentados do Estado, irão sofrer um corte médio de 10% com a convergência das pensões da CGA com as pensões da Segurança Social. Estima-se que o impacto bruto da convergência de pensões da CGA seja de cerca de 728 milhões de euros;

- A tudo isto acrescentam outras medidas contra os direitos laborais, as funções sociais do Estado e os serviços públicos essenciais, como o aumento do horário de trabalho, a redução de efectivos por aposentação, a redução do trabalho suplementar, a execução de programas de rescisão por mútuo acordo, pela utilização do sistema de requalificação de trabalhadores, o ataque ao poder local democrático, a privatização do sector público de resíduos e com esse mesmo objectivo, as reformas em curso no sector da água, educação e saúde ou a redefinição de processos nas áreas da segurança e da defesa.

Uma política e um Orçamento que afrontam o povo, os trabalhadores, os valores de Abril, e que mais cedo que tarde serão derrotados pela luta dos trabalhadores, objectivo que esta greve afirma com renovada força.